

CONTRATO CEDAE N.º 172/2019 (DPE)
que entre si celebram a **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE)** e a **QUALITY SOFTWARE S/A.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, Sr. JOSÉ PINHEIRO FILHO, e de seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. ALBERTO REGIS TÁVORA, doravante denominada **CEDAE**, e a **QUALITY SOFTWARE S/A**, com filial localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 801, 11º andar – CJ.111, Bairro Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP: 04.571-901, inscrita no CNPJ sob o n.º 35.791.391/0004-37, neste ato por meio de seu Procurador assinado, Sr. ROBERTO PEREIRA AVE FARIA, analista de sistemas, portador da cédula de identidade nº 105448260 IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 086.290.687-36, residente e domiciliado na Rua Professor Miguel Couto, nº 427, apto 802, Icaraí, Niterói/RJ, CEP: 24.230-240, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.577/2019**, mediante **Inexigibilidade de Licitação 005/2019 (DPE)** com fundamento no art. 30, inciso I da Lei 13.303/2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE UMA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO INTEGRADA DE ANÁLISE DE DADOS E AUDITORIA CONTÍNUA, PARA A ADPR-16"**, conforme ato do Senhor Diretor de Projetos Estratégicos inserido às fls. 510 do processo E-07/100.577/2019.

Parágrafo Único- Inserem-se no escopo desta contratação o Termo de Referência e o Acordo de Nível de Serviços, anexos ao presente instrumento, bem como a a proposta da **CONTRATADA**, inserida às fls.308 a 317 do Processo Administrativo E-07/100.577/2019, cujos conteúdos obrigam a **CONTRATADA** e passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato; e
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas no Termo de Referência anexo ao presente instrumento:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da **CEDAE**, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e **CEDAE**, pelos prejuízos decorrentes;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços; e
- j) Demonstrar, apenas se possuir empregados alocados a este contrato e em quantidade superior a 100 (cem), o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de **02 (dois) anos**, contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

Parágrafo Único – Desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC e comprovada a permanência da situação de inexigibilidade ou dispensa que a ensejou, a presente contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência contratual.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2020, assim classificadas:

Contas Contábeis: 411110158
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903921
Fonte de Recursos: 10
ID Reserva Orçamentária: 2020000587

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

2 de 32

A presente contratação será realizada sob o regime de execução por preço global, sendo o seu valor total de **R\$ 104.860,00 (cento e quatro mil, oitocentos e sessenta reais)**, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 1º	VALOR TOTAL 2º ANO	VALOR TOTAL PARA 24 MESES
LICENÇA Subscrição ACL Robotics Professional -ACL Analytics- Subscrição por 24 meses com suporte e atualização: Solução para análise de dados, indicadores e remediação de exceções - Permite usuários avançados criar análises e distribuí-las via Web (Results Cloud), Excel (Addin Excel) ou como pacote de aplicativo (App Analysis). Acompanha os Módulos: Launchpad, App Analysis, Addin Excel, Script Hub, Results Cloud e RPA	05	R\$ 9.346,00	R\$ 42.180,00	R\$ 42.180,00	R\$ 84.360,00

DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO C/DESCONTO	VALOR TOTAL PARA O PERÍODO C/DESCONTO
TREINAMENTO Curso 303 - Avançado: Conceitos e Técnicas Avançadas do ACL - Funções e Scripts - Turma Incompany - Certified Standard - 3 dias - Turma com até 10 participantes	01	R\$ 24.000,00	R\$ 20.500,00	R\$ 20.500,00

VALOR TOTAL	R\$ 104.860,00
--------------------	-----------------------

*Proposta da contratada inserida às fls. 308 a 317 do processo E-07/100.577/2019.

Parágrafo Único – O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação,

conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários..

Parágrafo Sexto – A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo– Quando existirem empregados alocados à contratação, os mesmos deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao tipo do serviço que será desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

Parágrafo Oitavo – Quando aplicável, proceder-se-á à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "j" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas (inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas), previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo – Quando houver mão de obra alocada a esta contratação, a **CONTRATADA** se obrigará a cumprir as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214, de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - Juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

a. medição/detalhamento do serviço prestado;

- b. declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "j", deste instrumento; e
- c. declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS, exigível apenas quando houver previsão de pessoal destacado à execução do serviço, mesmo que em caráter eventual, nas dependências da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior **impedirá a obtenção do recibo de adimplemento**, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Quinto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima segunda.

Parágrafo Sexto - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** pagará à **CONTRATADA** 02 (duas) parcelas, anuais e subsequentes, pelos serviços executados no período da contratação observando, como limite, os valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de **até 30 (trinta) dias** contados de cada período de **adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava.** O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

Parágrafo Quarto - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, **atestará mensalmente** (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

Parágrafo Quinto - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (ver cláusula oitava) **impedirá a concessão do atesto, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento,** que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

Parágrafo Sexto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.



Parágrafo Sétimo – Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

Parágrafo Oitavo- A CEDAE não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

Parágrafo Nono– Quando a contratação envolver alocação de mão de obra, a **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de aprovisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela **CEDAE**.

Parágrafo Décimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da CEDAE, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

A **CONTRATADA** declara-se ciente de que os preços previstos nesta contratação serão **fixos e irrevogáveis** durante todo o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa; e
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima primeira, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima primeira, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II - acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Sétimo – Caso a operação da CEDAE destinatária da prestação objeto deste contrato seja transferida a terceiros a qualquer título, por exemplo em subconcessões, o presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente, sem que a **CONTRATADA** tenha qualquer direito à indenização ou compensação, mediante denúncia por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo – Quando a contratação trazer previsão de matriz de risco haverá impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo Primeiro – A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

Parágrafo Segundo - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

Parágrafo Terceiro - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

Parágrafo Quarto – Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

- (I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
- (II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- (III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- (IV) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- (V) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.
- (VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- (VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- (VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- (IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- (X) O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC.

Parágrafo Quinto– A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro – A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

Parágrafo Sexto- Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo- A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

12 de 32

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2020.

Pela **CEDAE**:


JOSE PINHEIRO FILHO
Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade


ALBERTO REGIS TÁVORA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:

ROBERTO PEREIRA AVE
FARIA:08629068736

Assinado de forma digital por
ROBERTO PEREIRA AVE
FARIA:08629068736
Dados: 2020.07.17 15:47:59 -03'00'

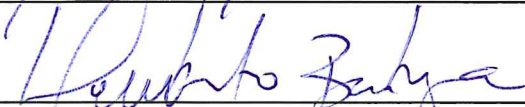
ROBERTO PEREIRA AVE FARIA
Procurador

CAIO SERODIO
NOGUEIRA:02240
201703

Assinado de forma digital por CAIO
SERODIO NOGUEIRA:02240201703
Dados: 2020.07.17 13:18:34 -03'00'

TESTEMUNHAS:





REF. Contr-QUALITY-SYSTEM-aquisição-licença-e-consultoria-IL-005-2019-DPE-VBO

13 de 32



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Prestação de serviços de subscrição de 5 (cinco) licenças do software ACL Robotics Professional, com disponibilização pela CONTRATADA de suporte técnico, treinamento e viabilização de futuras atualizações de versões.

2. JUSTIFICATIVA

A equipe de Auditoria Interna tem necessidade de adquirir 5 (cinco) licenças da ferramenta ACL Robotics Professional (uma renovação e quatro aquisições) para análise informatizada de dados (módulo Analytics), que permite a execução de testes de auditoria de forma automatizada, além de manipulação de arquivos com grande volume de dados, diferentes layouts e com possibilidade de integração com sistemas corporativos.

Ressalta-se que a ferramenta foi adquirida anteriormente (uma licença) por contratação direta de baixo valor e está em uso pela CEDAE. A empresa Quality Software S/A, possui a Certidão da ABES (Associação Brasileira das Empresas de Software), declarando que a mesma é a ÚNICA distribuidora no Brasil da Solução, certificada e autorizada pelo Fabricante GALVANIZE em todo território Nacional para dar suporte técnico, atualização de versão e manutenção, fornecer os treinamentos e consultorias nas soluções ACL Robotics Professional e que atualmente não há outro fornecedor no mercado que possua profissional certificado e habilitado com este conhecimento.

O software ACL Robotics Professional tem por objetivo ser uma ferramenta de auxílio nas atividades da CEDAE, especificamente naquelas tarefas que demandam a análise e manipulação de grande volume de dados, permitindo a extração, análise de dados incluindo recursos de inteligência artificial, indicadores, gráficos, dashboards, remediação de pontos de auditoria com workflow, questionários e RPA (Robôs para Automação de processos) para envio aos auditados.

Vale mencionar que a aquisição desta ferramenta trará mais agilidade e eficiência aos trabalhos de Auditoria Interna, visto que, será possível realizar alguns testes com foco em exceções das transações críticas para a Companhia de forma analítica, onde poderá ser considerada a base completa das informações e não apenas uma amostragem.

Cabe ressaltar que o software é utilizado pela CEDAE há 1(um) ano, que a equipe de Auditoria Interna se capacitou no treinamento de nível básico de utilização da ferramenta em 2019 e que diversas atividades de análise foram automatizadas/padronizadas utilizando-se a ferramenta em questão, com qualidade e adequação aos processos internos de diversos setores da CEDAE. Ressalta-se ainda que a sua substituição demandaria a necessidade de capacitação da equipe e de reconstrução de todos os procedimentos atualmente implementados e padronizados, gerando custos de treinamento de nível básico, adequação das rotinas já implementadas e utilizadas atualmente (padronização), além de causar impacto na continuidade das atividades desenvolvidas, comprometendo, desta forma, a eficiência da administração.

Portanto, com base nas informações acima descritas, entende-se que o software ACL Robotics Professional é uma ferramenta essencial nas atividades finalísticas desenvolvidas pela Auditoria Interna, de modo que a descontinuidade de sua utilização acarretará em sérias consequências, como perdas potenciais nas análises de dados realizadas com o software.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Visão Geral da Solução

Item	Cód IFS	Nomenclatura	Unid	Quant
01	2111050017	Licença de uso, suporte e upgrade de software	un	5
02	2011050045	Treinamento para uso de software	un	1

3.1.1. Carga e Extração de Dados

3.1.1.1. A solução deverá proporcionar benefícios como agilidade para Auditoria Interna com a utilização de ferramenta sistêmica para Carga e Extração de Dados cujo objetivo é disponibilizar relatórios com dados corporativos prontos, buscando informações dos Sistema de Gestão e outras fontes de dados.

3.1.2. Análise de Dados

3.1.2.1. A solução deverá proporcionar benefícios para Auditoria Interna com a utilização de ferramentas sistêmicas para Análise de Dados.

3.1.3. Execução de Auditoria Contínua

3.1.3.1. A solução deverá proporcionar mecanismos de realizar testes automatizados de controle baseados em riscos de forma contínua nos processos de negócios, a fim de identificar as não conformidades, tendências e indicadores de riscos.

3.2. Requisitos Funcionais

3.2.1. Carga/extração dos dados

3.2.1.1. Permitir carga de dados de planilhas e arquivos textos.

3.2.1.2. Acesso às tabelas do Sistema de Gestão da CEDAE nativamente ou por conector.

3.2.1.3. Capacidade de extração de dados de bancos de dados relacionais (Oracle 10G e 12C).

3.2.1.4. Manusear diferentes tipos e formatos de dados (não estruturados) e correlacioná-los.

3.2.1.5. Permitir a leitura e processamento de arquivos com pelo menos 200 milhões de registros;

3.2.1.6. Ler de forma transparente campos ASCII e EBCDIC sem necessidade de conversão;

3.2.1.7. Ler de forma transparente campos compactados;

3.2.1.8. Ler arquivos tipo texto (de tamanho fixo ou variável), formatado (flat), delimitado, pdf e xml.

- 3.2.1.9. Permitir a leitura de arquivos do tipo texto formatado (flat), texto delimitado, diretamente sem a necessidade de importação dos dados.
- 3.2.1.10. Possuir capacidade de acesso a banco de dados relacionais utilizando a linguagem SQL nativa;
- 3.2.1.11. Possuir conectores nativos para acesso às seguintes fontes de dados 64 bits: Oracle;
- 3.2.1.12. Possuir conector para extração de dados do Sistema de Gestão da CEDAE;
- 3.2.1.13. Possuir conector para acesso e extração dos dados de usuários do Active Directory no Windows Server;
- 3.2.1.14. Possuir funções que permita integração nativa com scripts Python e Linguagem estatística R;
- 3.2.1.15. Permitir o reaproveitamento de layouts de arquivos de forma amigável e transparente.
- 3.2.1.16. Permitir a construção de filtros e visões entre campos de arquivos ou de bases de dados.
- 3.2.1.17. Permitir a criação de gráficos de barras, de setores e histogramas.
- 3.2.1.18. Permitir a elaboração de relatórios mediante o uso de recursos de "arrastar-e-soltar" e formatação visual, com opção para geração dos resultados em formato html e texto.
- 3.2.1.19. Permitir a exportação de arquivos nos seguintes formatos: texto formatado (flat), texto delimitado, rtf, MS Excel e xml.
- 3.2.1.20. Permitir a leitura e transformação em arquivo, de arquivos de relatório no formato texto ou pdf.
- 3.2.1.21. Permitir, através de funções específica a criação de bases de Amostragem a partir de parametrização do tipo de amostra.
- 3.2.1.22. Permitir o manuseio de campos e a construção de campos calculados mediante o uso de expressões e funções embutidas no software (de caractere, de data e hora, de conversão de tipo, financeiras, logicas e matemáticas).
- 3.2.1.23. Possuir recursos de análise estatísticos de campos numéricos (Aplicação da Lei de Benford).
- 3.2.1.24. Possuir recursos próprios para programação de rotinas com a aplicação de

sequencias pré-definidas de comandos e funções voltados para o tratamento de dados de auditoria.

3.2.1.25. Possuir recursos para construção de relacionamentos entre arquivos, possibilitando a exibição de seus dados.

3.2.1.26. Possuir recursos para comparação entre arquivos possibilitando selecionar os registros coincidentes e não coincidentes entre os mesmos.

3.2.1.27. Possuir recursos para estratificação, classificação e construção de amostras por períodos e datas.

3.2.1.28. Possuir recursos para validação de campos de arquivos, que incluem análise de: validade dos dados; totais de controle; limites; itens faltando; itens preenchidos com zero; itens não preenchidos ou em branco; itens duplicados e falhas de sequência.

3.2.1.29. Registrar automaticamente em uma trilha de auditoria única, com data e hora, todos os arquivos acessados, comandos utilizados e respectivos resultados.

3.2.1.30. Possibilitar exportação das informações contidas em sua trilha de auditoria para os formatos: HTML, RTF e Texto.

3.2.1.31. Possibilitar a criação de Rotinas a partir das informações contidas em sua trilha de auditoria.

3.2.1.32. Manter o histórico de criação de uma tabela, com todos os comandos e etapas intermediária necessárias para a sua criação, possibilitando que este histórico se transforme em uma Rotina para criação de novas tabelas.

3.2.1.33. Ter recursos de captura de comandos em tempo de execução, para utilização na criação amigável na construção de Rotinas.

3.2.1.34. Apresentar a interface de comunicação com o usuário e mensagens de funcionamento em língua portuguesa no padrão brasileiro.

3.2.1.35. Possibilitar, quando necessário, a inserção de parâmetros necessários para a execução de uma rotina.

3.2.1.36. Possibilitar a extração dos dados consultados, inclusive dados filtrados ou obtidos na própria interface, para os formatos: texto formatado (flat), texto delimitado, rtf, MS Excel e xml.

3.2.1.37. Permitir ao usuário visualizar, ordenar, filtrar, agrupar e criar perfis estatísticos dos

dados armazenados no servidor.

3.2.1.38. Possibilitar ao usuário fazer upload e download de arquivos e executar tarefas comuns como: adicionar um vínculo a um item, adicionar uma descrição ou renomear um arquivo.

3.2.2. Análise de Dados

3.2.2.1. Permitir a criação de scripts para geração de funcionalidades necessárias para auditoria e futuras utilizações.

3.2.2.2. Acessar, importar e preparar para análise dados em diferentes tipos de arquivos.

3.2.2.3. Reaproveitar layouts de arquivos para leitura de arquivos de dados no mesmo padrão.

3.2.2.4. Permitir a realização de testes de integridade, completude, confiabilidade e a razoabilidade dos dados.

3.2.2.5. Capacidade de processar grande volume de informações com alta performance.

3.2.2.6. Não possuir limites de quantidade de registro ou tamanho de arquivos para processamento.

3.2.2.7. Registrar em logs todos os comandos executados, contendo informações da data e hora de execução, o comando e resultados.

3.2.2.8. Possuir recursos para execução dos seguintes testes e análises:

3.2.2.8.1. Totalização de campos numéricos;

3.2.2.8.2. Identificação dos maiores e menores valores de campos numéricos;

3.2.2.8.3. Identificação das maiores e menores datas de um campo;

3.2.2.8.4. Verificação da existência de itens não preenchidos (valores em branco);

3.2.2.8.5. Verificação da existência de quebra na sequência de códigos de uma coluna em arquivos;

3.2.2.8.6. Identificação de itens ausentes no arquivo;

3.2.2.8.7. Identificação de itens preenchidos com zero;

- 3.2.2.8.8. Identificação de itens duplicados, com correspondência exata ou por proximidade de valores;
- 3.2.2.8.9. Criação de expressões numéricas, de caractere, lógicas ou data para a criação de campos calculados e filtros;
- 3.2.2.8.10. Utilização de funções pré-definidas para composição de funções;
- 3.2.2.8.11. Utilização de variáveis para referência em campos calculados, scripts, filtros e expressões.
- 3.2.2.9. Emitir relatório com resultados da análise.
- 3.2.2.10. Permitir a combinação e agregação de dados entre tabelas.
- 3.2.2.11. Permitir a execução das análises de forma interativa diretamente na Interface Gráfica da Solução.
- 3.2.2.12. Visualizar e organizar as informações de diferentes fontes num ponto de vista único.
- 3.2.2.13. Possuir recursos para automatização dos procedimentos de análise, não sendo necessário conhecimento de linguagem de programação.
- 3.2.2.14. Possuir a integração com o MS Excel através de um Add-in permitindo que os dados gerados sejam visualizados e manipulados com os seguintes recursos abaixo:
 - 3.2.2.14.1. Permitir que os dados visualizados no MS Excel sejam sumarizados;
 - 3.2.2.14.2. Permitir a Estratificação (Aging) dos dados visualizados no MS Excel;
 - 3.2.2.14.3. Permitir a Estratificação dos dados visualizados no MS Excel;
 - 3.2.2.14.4. Permitir a Amostragem dos dados visualizados no MS Excel ;
- 3.2.2.15. Possuir recursos e comandos de Machine Learning como para identificação de Outliers e algoritmos de Cluster, Treinamento (Trend) e Predição (Predict);
- 3.2.2.16. Exportar os resultados das análises para relatórios, planilhas, arquivos, Html e Xml.

3.2.3. Execução de Auditoria Contínua

- 3.2.3.1. Possuir recursos de RPA (Robotic Process Automation);
- 3.2.3.2. Permitir emissão de alertas através do e-mail corporativo quando da ocorrência de não conformidade de forma automática ou manualmente e parametrização dos receptores do e-mail;

- 3.2.3.3. Gerar painel de controle (dashboard) com principais indicadores de desempenho;
- 3.2.3.4. Permitir gerar relatórios com os resultados;
- 3.2.3.5. Agendar e automatizar testes de rotinas, relatórios e indicadores de performance, permitindo definir uma periodicidade;
- 3.2.3.6. Executar testes de rotinas, relatórios e indicadores de performance condicionados a parâmetros inseridos pelo usuário;
- 3.2.3.7. Manter o histórico de agendamentos dos testes de rotinas, relatórios e indicadores de performance;
- 3.2.3.8. Permitir o controle e versionamento de programas e scripts;
- 3.2.3.9. Armazenar a trilha de execução – log – dos testes de rotinas, relatórios e indicadores de performance executados;
- 3.2.3.10. Notificar por e-mail o resultado dos agendamentos em caso de sucesso ou falha;
- 3.2.3.11. Segregar e controlar o acesso aos dados do repositório;
- 3.2.3.12. Visualizar de forma centralizada e segregada os testes de rotinas, relatórios e indicadores de performance, sendo segregados por perfis de acesso.
- 3.2.3.13. Possuir recursos de workflow com as seguintes características:
 - 3.2.3.13.1. Criar fluxo de exceção dos testes de rotinas, relatórios e indicadores de performance, permitindo que o responsável da informação receba de maneira interativa e automática essas informações;
 - 3.2.3.13.2. Permitir que o responsável da informação dê o seu parecer através de justificativas dissertativas e de anexo de documentos, fundamentando através de uma interface web as informações recebidas dentro desse fluxo de exceção;
 - 3.2.3.13.3. Permitir que o fluxo de exceção interaja com o responsável da informação, notificando caso o mesmo não responda;
 - 3.2.3.13.4. Permitir que o fluxo de exceção interaja com o responsável da informação, escalando o aviso para um responsável superior caso o mesmo não responda as notificações previamente enviadas;

- 3.2.3.13.5. Permitir que o fluxo de exceção seja integrado ao processo de extração dos dados, e geração dos testes de rotina, relatórios e indicadores de performance, onde uma vez gerada a informação, o fluxo de exceção é automaticamente acionado;
- 3.2.3.13.6. Permitir o envio das exceções aos seus respectivos responsáveis através de e-mails;
- 3.2.3.13.7. Permitir que notificações sejam feitas através de e-mails;
- 3.2.3.13.8. Permitir que toda a interação ocorra através de uma interface web;
- 3.2.3.13.9. Permitir que as exceções sejam segregadas e organizadas para futuras recuperações;
- 3.2.3.13.10. Permitir que as exceções sejam classificadas através de status;
- 3.2.3.13.11. Permitir que os usuários responsáveis pelas exceções editem e classifiquem essas exceções através de status;
- 3.2.3.13.12. Permitir a visualização do histórico de exceções;
- 3.2.3.13.13. Permitir editar detalhes da exceção;
- 3.2.3.13.14. Permitir criar critérios de filtragem para visualização das exceções.
- 3.2.3.14. Possuir recursos de relatório com as seguintes características:
- 3.2.3.14.1. Permitir que todos os testes de rotinas, relatórios e indicadores de performance sejam disponibilizados através de uma interface web através de formatos gráficos e de tabelas;
- 3.2.3.14.2. Permitir que todos os testes de rotinas, relatórios e indicadores de performance sejam disponibilizados e organizados através de guias;
- 3.2.3.14.3. Permitir que todos os testes de rotinas, relatórios e indicadores de performance sejam disponibilizados através de painéis de relatórios;
- 3.2.3.14.4. Permitir que todos os gráficos, tabelas, guias e painéis de relatórios, sejam distribuídos através de perfis de acesso;
- 3.2.3.14.5. Permitir que todos os gráficos, tabelas e painéis de relatórios, sejam integrados ao processo de extração dos dados, e geração dos testes de rotinas, relatórios e indicadores de performance, onde uma vez gerada a informação, a mesma automaticamente atualize gráficos e tabelas;
- 3.2.3.14.6. Permitir que todos os gráficos e tabelas realizem o 'drill down' da informação, aprofundando o resultado em um novo conjunto de tabelas ou gráficos apresentados em novas janelas na interface web;

3.2.3.14.7. Permitir que todos os gráficos e tabelas sejam dinamicamente atualizados através de filtros (em texto livre, lista de seleção e caixas de marcação);

3.2.3.14.8. Permitir que todas as tabelas e gráficos de um painel de relatórios sejam dinamicamente atualizados através de filtros (em texto livre, lista de seleção e caixas de marcação);

3.2.3.14.9. Exportar esses gráficos e tabelas em formato MS Excel.

3.2.4. A prestação de serviços será a de subscrição de 05 (cinco) licenças do *software* ACL Robotics Professional, com disponibilização de novas versões e suporte técnico.

3.2.5. Suporte Técnico, consistem em serviços que a contratante venha solicitar para o *software* ACL Robotics Professional, como o esclarecimento de dúvidas, reporte de problemas, aplicação de correções e auxílio à operação das licenças adquiridas.

3.2.6. Por "subscrição de 05 (cinco) licenças", entenda-se como uso da(s) licença(s), ou seja, limitado a 01 (um) acesso(s)_por usuário sem restrição de instalação de quantidade computadores desktop. Portanto, como o aplicativo é de uso local, com instalação em desktop, deverá ser permitido que o *software* seja instalado em mais de 01 computador.

3.2.7. A instalação e perfeito funcionamento do *software* ACL Robotics Professional, requer que os computadores tenham a configuração mínima de acordo com a tabela a seguir:



CONFIGURAÇÃO	
Sistema Operacional	Windows 7 (32 ou 64 bits), com Service Pack 1 (SP1), Windows 8 ou Windows 10
Processador	Quadcore 1.8 GHz
Memória RAM	4 GB
Espaço em disco para instalação do software	8 GB
Espaço em disco para arquivos da aplicação	1.1 GB
Espaço em disco adicional para armazenamento de dados (arquivos de dados, relatórios e outros extratos resultantes do processamento com a ferramenta)	100 GB
Outros requisitos	Rede com conexão TCP/IP para ativação e gerenciamento das licenças após a instalação, download de novas versões, ajuda on-line etc.

3.2.8. O gerenciamento da utilização das licenças e dos utilizadores do *software* deve ser disponibilizado pela CONTRATADA por meio de uma plataforma específica para gerenciamento de usuários, log de acesso, informando os computadores instalados com respectivos nomes e endereços IP.

3.2.9. A disponibilização do *software* ACL Robotics Professional deve ser realizada de tal forma que permita a fácil implementação da instalação da ferramenta nos desktops. A CONTRATADA deverá também disponibilizar manual ou documentação relativo à versão instalada.

3.2.10. A CONTRATADA deve comunicar à CEDAE sobre o lançamento de nova versão da ferramenta, devendo esta ser disponibilizada da mesma forma descrita no item 3.2.7 deste Termo de Referência. A CONTRATADA deverá também disponibilizar manual ou documentação relativo à nova versão instalada, além de informações das respectivas melhorias realizadas na nova versão.

3.2.11. O suporte técnico será realizado por correio eletrônico, por atendimento telefônico (horário comercial) ou pelo *site* da CONTRATADA.

3.2.12. A CONTRATADA se compromete a disponibilizar o *software*, o atendimento de suporte técnico, bem como o acesso à plataforma de gerenciamento de licenças e utilizadores imediatamente após a assinatura do contrato.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A contratação deverá ser realizada por Inexigibilidade de Licitação.

5. TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME/FORMA DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO:

5.1. ☒ SERVIÇO:

5.1.1. ☒ de natureza contínua ou ☐ de escopo;

5.1.2. ☐ com mão de obra alocada ou ☒ sem mão de obra alocada;

5.1.3. ☐ regime de execução por preço unitário; ☒ Regime de execução por preço global; ou ☐ Regime de execução por tarefa.

5.2. ☐ AQUISIÇÃO:

5.2.1. ☐ forma de fornecimento integral;

☒ forma de fornecimento parcelada; ou ☐ forma de fornecimento contínua

6. PRAZO DE ENTREGA DO BEM OU DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O prazo de vigência será de 2 (dois) anos, contados a partir da data de emissão da ORDEM DE INÍCIO, prorrogável até o limite previsto no art. 71 da Lei nº 13.303/16.

7. LOCAL DE ENTREGA DO BEM:

24 de 32

7.1. Local de entrega, instalação da solução e execução do Contrato será no prédio Sede, situado na Avenida Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova Rio de Janeiro RJ CEP: 20210-030, podendo haver modificações.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. Não se aplica.

9. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PRODUTO OU SERVIÇO

9.1. Caberá a CONTRATADA, no período de garantia, sem ônus para a CEDAE, realizar toda a correção decorrente dos erros ou falhas cometidas na execução dos serviços contratados, desde que, comprovadamente, não tenham se dado em razão de alterações realizadas pela CEDAE.

9.2. O prazo para correção de defeitos será de no máximo 5 (cinco) dias úteis após o acionamento da CONTRATADA pela CEDAE, em atendimento dos serviços prestados pela CONTRATADA nos serviços objeto deste Termo de Referência.

9.3. O desrespeito ao prazo acima estabelecido fica sujeito à advertência e multa, se possível, como também o credenciamento da empresa do cadastro de fornecedores da CEDAE.

10. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento se dará através de 2 (duas) parcelas anuais e subsequentes, mediante a apresentação de nota fiscal emitida pelo contratado.

10.2. O vencimento da fatura deverá ser de 30 dias após a emissão.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer o produto nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

11.2. A Contratada deverá prestar, por si só, todos os serviços de implementação, implantação, suporte e treinamento da solução. Exclusivamente para apoio a esses serviços, a Contratada poderá contar com recursos externos sob sua responsabilidade para serviços acessórios.

11.3. No caso de indisponibilidade do Sistema de Atendimento CEDAE, a CONTRATADA poderá ser acionada por telefone, e-mail ou outro canal.

11.4. A notificação solicitada por meio de telefone, correio eletrônico ou outro canal se faz necessária de forma a dar maior agilidade à solução do chamado.

11.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar para si e para a CEDAE permissão de acompanhamento do chamado por meio da Internet (WEB) com recebimento de notificações, por meio de correio eletrônico e telefone (ligação gratuita), informando o estado do chamado.

11.6. A CONTRATADA deverá informar, em até 05 (cinco) dias corridos a partir da solicitação da CEDAE, pelo menos 1 (uma) caixa postal para acionamento e recebimento de mensagem eletrônica e 1 (um) número de telefone para atendimento.

11.7. A CONTRATADA deverá informar também o canal alternativo para abertura de chamados, para o caso de inoperância da central de atendimento.

11.8. O tempo de solução do chamado, quando a pendência estiver sob responsabilidade da CEDAE, a exemplo, envio de documentação, não será contabilizado no prazo de atendimento estabelecido no item correspondente deste documento.

11.9. Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização da CEDAE, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados e executados pela CONTRATADA.

11.10. No final do atendimento e resolução da ocorrência, o técnico da CONTRATADA realizará, em conjunto com empregados da CEDAE, testes para verificação dos resultados obtidos, certificando-se do restabelecimento à normalidade e resolução do problema.

11.11. Ao término dos testes e do atendimento (fechamento do chamado), a CONTRATADA deverá registrar, detalhadamente, no sistema de atendimento CEDAE, as causas do problema e a resolução adotada.

11.12. Nos casos em que o atendimento não se mostrar satisfatório, a CEDAE fará reabertura do chamado, mantendo-se as condições e prazos do primeiro chamado.

11.13. O serviço de suporte técnico deve atender aos níveis de serviço descritos no Item 14 – Acordo de Nível de Serviço.

11.14. O não atendimento dos itens referentes ao suporte técnico configura descumprimento de obrigação contratual conforme descrito na Minuta Contratual.

12. AMOSTRA

12.1. Não se aplica.

13. VISITA TÉCNICA

13.1. Não se aplica.

14. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

14.1. A CEDAE adotará o fator de qualidade dos produtos para medição dos serviços a ser medido individualmente por cada requisição de mudança do sistema.

14.2. O Acordo de Nível de Serviços conterá os procedimentos de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço, especificando-se os indicadores e instrumentos de medição que serão adotados pela CEDAE. Os registros, controles e informações que deverão ser prestados pela contratada e as respectivas adequações de pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas, possuem regras definidas em Anexo II específico deste documento.

15. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Deverá constar a formalização do Contrato.

16. CONDIÇÕES GERAIS

16.1. Qualquer alteração na linha de produtos ou na modalidade de licenciamento desta contratação que impacte no objeto contratado deverá ser informada à CEDAE com a devida antecedência para que a CEDAE possa tomar em tempo as providências necessárias para ajustar seu licenciamento.

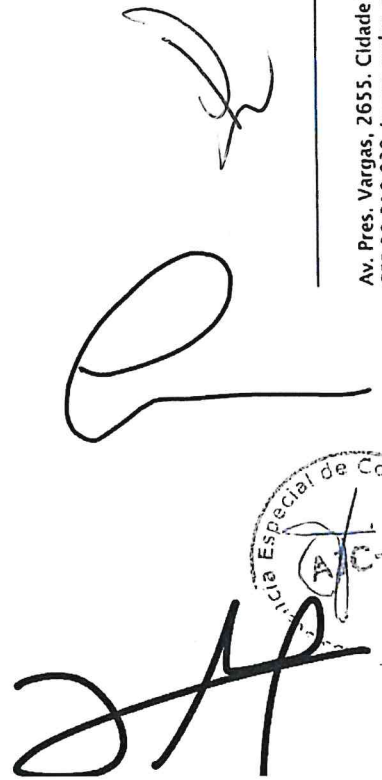
17. LISTA DE ANEXOS

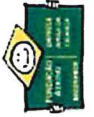
17.1. Cronograma

17.2. Acordo de Nível de Serviços

ANEXO I – CRONOGRAMA

Atividade	M01	M02	M03	M04	M05	M06	M07	M08	M09	M10	M11	M12	M13	M14	M15	M16	M17	M18	M19	M20	M21	M22	M23	M24
Entrega e Instalação das Licenças																								
Planejamento Treinamento Incompany Customizado - Módulo Avançado																								
Levantamento de Escopo - Auditoria																								
Desenvolvimento e Customização do Treinamento																								
ACL Analytics - Curso Funções e Scripts - Customizado																								
Levamento de Escopo - Auditoria																								
Desenvolviemtno dos Testes																								
Validação e Aceite																								
GO Live																								
Utilização das Licenças																								
Suporte Técnico da Licenças																								





ANEXO II

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-07/100.577/2019

Visando medir a qualidade e eficácia dos serviços prestados, é estabelecido o presente Acordo de Nível de Serviços - ANS, que define as condições essenciais para a execução do objeto contratado e a forma pela qual ele será medido, controlado e acompanhado pela CEDAE durante o período 24 (vinte e quatro) meses de vigência do contrato.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência/coertura e segurança. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas.

2. DO ESCOPO DO SERVIÇO

2.1. Descrição do Serviço:

Prestação de serviços de subscrição de 5 (cinco) licenças do software ACL Robotics Professional, com disponibilização pela CONTRATADA de suporte técnico, treinamento e viabilização de futuras atualizações de versões.

2.2. Objetivos:

Adquirir 5 (cinco) licenças da ferramenta ACL Robotics Professional para análise informatizada de dados (módulo Analytics), que permite a execução de testes de auditoria de forma automatizada e manipulação de arquivos com grande volume de dados, diferentes layouts, além da integração com sistemas corporativos.

2.3. Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):

A execução dos serviços será gerenciada pela CONTRATADA, que fará o acompanhamento da qualidade e dos níveis de serviço alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviço acordados, devem ser imediatamente comunicados à CEDAE, que colaborará com a CONTRATADA na busca da melhor solução para o problema.

2.4. Comunicação:

As comunicações entre a CONTRATADA e a CEDAE poderão ser realizadas através do e-mail: mariana-lima@cedae.com.br ou telefone (21) 2332-3784, bem como através de protocolos realizados na sede da CONTRATANTE, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ.

A CONTRATADA deverá fornecer idênticos meios de contato à CONTRATANTE, isto é, através de e-mail, telefone de contato ou, ainda, por via presencial.

3. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.1. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

3.1.1. O Fiscal do Contrato designado pela CEDAE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a CONTRATADA;



- 3.1.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará a CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos;
- 3.1.3. A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato;
- 3.1.4. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá o termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;
- 3.1.5. O termo de notificação será imediatamente apresentado a CONTRATADA, a qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato;
- 3.1.6. O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pela CONTRATADA, no próprio termo de notificação;
- 3.1.7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço em menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle.
- 3.1.8. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da irregularidade, pelo órgão ou entidade.
- 3.1.9. Em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à apresentação da fatura anual para atesto e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação anual do serviço.
- 3.1.10. A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura anual relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CEDAE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.
- 3.1.11. O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas anuais para atesto, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.
- 3.1.12. Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

3.2. INDICADORES DO NÍVEL DO SERVIÇO PRESTADO:

3.2.1. Garantia e Suporte a Solução

3.2.1.1. A Quality Software S/A garante o perfeito funcionamento do produto a ser acessado, oferecendo Suporte limitado ao escopo de atendimento do Contrato de Suporte e Atualização anual do Software.

3.2.1.2. SLA de Suporte Técnico Standard

3.2.1.3. O tempo de atendimento e/ou resolução dos problemas a partir da notificação por parte do contratante, dependem da classificação de criticidade, em função da natureza do problema e seu impacto no ambiente produtivo do cliente.

3.2.2. Níveis de Criticidade:

3.2.2.1. **Nível Crítico** - A aplicação não está funcionando de acordo com as especificações e o esperado, o ambiente de produção não está operando corretamente. A Quality Software S/A fará o atendimento por e-mail ou telefone imediatamente e concluirá o atendimento somente quando resolvido.

3.2.2.2. **Nível Urgente** - A aplicação não está funcionando de acordo com as especificações e o esperado, afetando aspectos significativos da produção, porém ainda está operando. Não existem alternativas para solução. A Quality Software S/A fará o atendimento por e-mail ou telefone e concluirá o atendimento dentro do SLA correspondente.

3.2.2.3. **Nível Sério** - A aplicação não está funcionando de acordo com as especificações e o esperado, afetando somente alguns aspectos do ambiente de produção e o ambiente está operante. Existem alternativas temporárias para correção dos problemas sem afetar as atividades de produção. A Quality Software S/A fará o atendimento por e-mail ou telefone e concluirá o atendimento dentro do SLA correspondente.



3.2.2.4. **Nível Baixo** - O usuário requer informações ou suporte às funcionalidades, têm dúvidas genéricas da ferramenta e/ou quer solicitar alterações ou melhorias nas funcionalidades. A identificação do problema pode ser feita remotamente.

3.2.2.5. **Tempo de Resposta:** É o prazo que o contratado deverá acusar ao contratante no recebimento do chamado.

3.2.2.6. **Tempo de Resolução do Problema:** É o tempo que o contratado deverá disponibilizar ao contratante uma resolução do chamado em aberto, dentro do prazo previsto de acordo com a criticidade atribuída ao mesmo.

3.2.3. Prazos de Atendimento

3.2.3.1. O nível de serviço desejado, segundo a classificação descrita acima, é:

Nível de Problema	Tempo de Resposta	Tempo de Resolução do Problema
Crítico	6 horas	Atendimento ininterrupto até a resolução do problema em até 03 dias
Urgente	10 horas	Até 5 dias úteis
Sério	14 horas	Até 10 dias úteis
Baixo	18 horas	De acordo com a disponibilidade de recursos e priorização definida, mas não excedendo 30 dias úteis

3.2.4. Contato com o Suporte Técnico

3.2.4.1. A contratada deverá informar à CEDAE ou aos seus representantes o contato do suporte técnico e havendo qualquer modificação a contratada tem o período de 24h para fornecer a informação alterada.

3.2.5. Todos os critérios não atendido serão penalizados conforme tabela abaixo:

Tabela de Qualidade dos Produtos Entregues		
ID Critério	Descrição do Critério de Qualidade Requisição de Mudança	Penalidade
1	Entregue fora do prazo.	0.03
2	Documentação não entregue ou sem conformidade.	0.03
3	Tempo de correção de erros superior a 5 (cinco) dias corridos ou solução de contorno	0.03
4	Situação emergencial ou problema crítico que cause a indisponibilidade do sistema	0.03



TOTAL	0.12
-------	------

3.2.2. As requisições de mudanças de sistemas que foram penalizadas em 0.12, penalidade total da Tabela de Qualidade dos Produtos Entregues, não serão remuneradas, ficando a CONTRATADA obrigada a refazer o serviço, sem ônus para CEDAE.

3.2.3. Uma vez corrigidas as requisições de mudanças de sistemas que foram penalizadas conforme a cláusula anterior, as mesmas retornarão ao processo de avaliação de Qualidade dos Produtos Entregues.

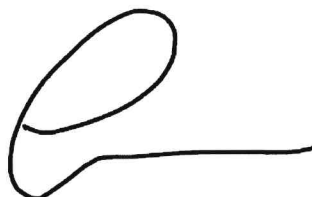
3.2.4. A CEDAE poderá a seu critério não aplicar o Fator de Qualidade dos Produtos para Medição em situações emergenciais que demandem atendimento em situações críticas de sistemas.

CAIO SERODIO
NOGUEIRA:0224
0201703

Assinado de forma digital
por CAIO SERODIO
NOGUEIRA:02240201703
Dados: 2020.07.17 13:26:36
-03'00'

ROBERTO PEREIRA
AVE
FARIA:08629068736

Assinado de forma digital por
ROBERTO PEREIRA AVE
FARIA:08629068736
Dados: 2020.07.17 15:47:12
-03'00'



VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEMDESPACHO DO PRESIDENTE
DE 04.08.2020

PROC. Nº SEI-160002/002801/2020 - Consubstanciado nos pareceres da Assessoria Técnica Jurídica (documentos nºs 6755802 e 6758454) e da Auditoria Interna (documento nº 6772951), AUTORIZO a abertura de licitação sob a modalidade Concorrência Pública, para a contratação de execução de obras destinadas à revitalização e complementação do sistema de iluminação existente na Avenida Governador Leonel Moura Brizola, na RJ 101, totalizando cerca de 15,40 km, no Município do Duque de Caxias, tipo MEINOR PREÇO, em regime de empreitada por preço global, conforme as normas previstas no Edital nº 018/2020, no valor máximo estimado de R\$ 8.950.068,81 (oito milhões, novecentos e cinquenta mil sessenta e oito reais e oitenta e um centavos).

Id: 2263391

Secretaria de Estado da Casa Civil

ATOS DO SECRETÁRIO

DE 04 DE AGOSTO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE :

NOMEAR LAMONNY RIBEIRO DAVID para exercer o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Mauro Gomes Valverde ID Funcional nº 5097915-9. Processo nº SEI-160001/000128/2020.

NOMEAR DANIEL ANTÔNIO DA SILVA DORNELLES para exercer o cargo em comissão de Assessor II, símbolo DAI-6, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Cristiano da Silva Felipo, ID Funcional nº 623310-4. Processo nº SEI-160001/000129/2020.

EXONERAR CARLOS HENRIQUE MATEUS MOREIRA, ID FUNCIONAL Nº 5111123-3, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº SEI-160001/000125/2020.

EXONERAR RODRIGO DOS REIS SANTIAGO, ID FUNCIONAL Nº 5097857-8, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº SEI-160001/000125/2020.

NOMEAR JEFFERSON FERREIRA LUSTOSA para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Raquel Cafezeiro de Oliveira, ID Funcional nº 5101814-4. Processo nº SEI-160001/000127/2020.

NOMEAR FLÁVIO COSME DE SOUZA GOMES para exercer o cargo em comissão de Assistente III, símbolo DAI-4, da Vice-Governadoria do Estado, em vaga resultante da transferência estabelecida pelo Decreto nº 47.081, de 18/05/2020. Processo nº SEI-160001/000126/2020.

EXONERAR GISELLE LESSA DE SOUZA, ID FUNCIONAL Nº 511599-9, do cargo em comissão de Assistente III, símbolo DAI-4, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº SEI-160001/000125/2020.

EXONERAR ADRIANO FORTUNATO DE SOUZA FREITAS, ID FUNCIONAL Nº 511586-7, do cargo em comissão de Assistente III, símbolo DAI-4, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº SEI-160001/000125/2020.

NOMEAR MARIANE DE OLIVEIRA GIL para exercer o cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Infraestrutura Administrativa, da Divisão de Arquivo Central, da Coordenadoria de Administração e Finanças, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Jhones Pereira de Souza, ID Funcional nº 4401459-7. Processo nº SEI-160192/004128/2020.

EXONERAR MARIELY RIGUETO JOI MELLO, ID FUNCIONAL Nº 5099839-0, do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, da 23ª Circunscrição Regional de Trânsito - Barra do Piraí, da CI-RETRANS E SATS, da Coordenadoria de Serviços Descentralizados, da Coordenadoria Geral de Integração de Serviços, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº SEI-160192/004128/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 03 de agosto de 2020, RICARDO TAVARES FERNANDES, ID FUNCIONAL 542636-7, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado da Casa Civil. Processo nº SEI-160001/000132/2020.

NOMEAR ELIANE GONÇALVES para exercer, com validade a contar de 03 de agosto de 2020, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria do Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Ricardo Tavares Fernandes, ID Funcional 542636-7. Processo nº SEI-160001/000132/2020.

NOMEAR MARCELA NUNES MACIEL, ID FUNCIONAL Nº 511311-2, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado da Casa Civil, em vaga prevista pelo Decreto nº 47.083, de 18 de maio de 2020.

NOMEAR LUIZ FRANZOSOS BEZERRA MARTINS para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-2, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Vandair Rodrigues da Silva, ID Funcional nº 5078342-4.

EXONERAR EDMILSON ALVARENGA LADEIRA, ID FUNCIONAL 50881930, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Processo nº SEI-220002/000780/2020.

EXONERAR MARCELO ANTÔNIO CÂMARA GRANJEIRO, ID FUNCIONAL Nº 2023925-4, do cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Assessoria de Planejamento, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005639/2020.

NOMEAR EDMILSON DA SILVA PRUDÊNCIO, ID FUNCIONAL Nº 2416494-1, para exercer o cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Assessoria de Planejamento, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Marcelo Antônio Câmara Granjeiro, ID Funcional nº 2023925-4. Processo nº SEI-100005/005640/2020.

NOMEAR PEDRO MACHADO PEREIRA JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 4236443-4, para exercer o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Antônio Carlos Freire de Almeida, ID Funcional nº 5102543-4. Processo nº SEI-100005/005635/2020.

EXONERAR ANTONIO CARLOS FREIRE DE ALMEIDA, ID FUNCIONAL Nº 5102543-4, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005634/2020.

EXONERAR HILÁRIO RAIMUNDO DA SILVA, ID FUNCIONAL Nº 5107579-2, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Fiscalização de Transporte Regular de Cargas e Freteamento, da Diretoria Técnico-Operacional, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005647/2020.

EXONERAR ADILSON SANTANA MATTOS, ID FUNCIONAL Nº 2247634-2, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Vistoria, da Diretoria Técnico-Operacional, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005642/2020.

NOMEAR CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA, ID FUNCIONAL Nº 4262679-9, para exercer o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Vistoria, da Diretoria Técnico-Operacional, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Adilson Santana Mattos, ID Funcional nº 2247634-2. Processo nº SEI-100005/005712/2020.

NOMEAR WALESKA SANTOS ALVES DE SANTANA, ID FUNCIONAL Nº 5030006-7, para exercer o cargo em comissão de Presidente de Comissão, símbolo DAS-8, da Comissão Permanente de Julgamento de Recursos, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por José Carlos Vieira, ID Funcional nº 5097764-4. Processo nº SEI-100005/005645/2020.

EXONERAR JOSÉ CARLOS VIEIRA, ID FUNCIONAL Nº 5097764-4, do cargo em comissão de Presidente de Comissão, símbolo DAS-8, da Comissão Permanente de Julgamento de Recursos, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005644/2020.

NOMEAR VANESSA DA CONCEIÇÃO FREIXO, ID FUNCIONAL Nº 4400366-8, para exercer o cargo em comissão de Auditor-Chefe, símbolo DAS-8, da Auditoria Geral, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Alfredo Luiz Leite Cruz, ID Funcional nº 5102776-3. Processo nº SEI-100005/005746/2020.

EXONERAR ALFREDO LUIZ LEITE CRUZ, ID FUNCIONAL Nº 5102776-3, do cargo em comissão de Auditor-Chefe, símbolo DAS-8, da Auditoria Geral, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005745/2020.

EXONERAR PEDRO MACHADO PEREIRA JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 4236443-4, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Presidência, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005636/2020.

EXONERAR JORGE PAGE, ID FUNCIONAL Nº 50983423, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Diretoria Administrativa e Econômico-Financeira, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005608/2020.

NOMEAR JULIO RIBEIRO LOPES para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Diretoria Administrativa e Econômico-Financeira, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Jorge Page, ID Funcional nº 50983423. Processo nº SEI-100005/005646/2020.

EXONERAR MAYRA GOMES RODRIGUES ALVES, ID FUNCIONAL Nº 5099058-6, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005638/2020.

NOMEAR HEITOR LEITE SODRÉ NETO para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Mayra Gomes Rodrigues Alves. Processo nº SEI-100005/005636/2020.

EXONERAR FLÁVIA BIONI SALABERT do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Suporte à Redes, da Divisão de Suporte Técnico, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005748/2020.

NOMEAR MAYRA GOMES RODRIGUES ALVES, ID FUNCIONAL Nº 5099058-6, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Suporte à Redes, da Divisão de Suporte Técnico, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Flávia Bioni Salabert. Processo nº SEI-100005/005748/2020.

EXONERAR CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA, ID FUNCIONAL Nº 4262679-9, do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Cadastro de Frotas, da Coordenadoria de Vistoria, da Diretoria Técnico-Operacional, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005641/2020.

EXONERAR WALESKA SANTOS ALVES DE SANTANA, ID FUNCIONAL Nº 5030006-7, do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Controle de Execução Orçamentária, da Divisão de Orçamento e Programação Financeira, da Coordenadoria Financeira, da Diretoria Administrativa e Econômico-Financeira, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-100005/005643/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 03 de agosto de 2020, DANILO MENDES BERANGER, ID FUNCIONAL Nº 5104442-0, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-070026/000833/2020.

NOMEAR JULIANA MENDONÇA DIAS para exercer, com validade a contar de 03 de agosto de 2020, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Danilo Mendes Beranger, ID Funcional nº 5104442-0. Processo nº SEI-070026/000833/2020.

NOMEAR RODRIGO TEIXEIRA RIBEIRO para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Luiz Henrique Santos da Silva ID Funcional nº 51057590-1.

*ATOS DE 31 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE :

EXONERAR LUCIMAR APARECIDA ACOSTA, ID FUNCIONAL Nº 4198057-3, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria Operacional, da Superintendência de Patrimônio, Engenharia e Manutenção, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado da Casa Civil.

NOMEAR AUGUSTINHO DA SILVA PAULINO para exercer o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria Operacional, da Superintendência de Patrimônio, Engenharia e Manutenção, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Lucimar Aparecida Acosta, ID Funcional nº 4198057-3. *Replicados por terem saído com incorreções no D.O. de 04/08/2020

APOSTILA DO SECRETÁRIO

DECRETO DE 02/07/2020 - D.O. DE 03/07/2020 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-160002/002307/2020, fica esclarecido que ELIZABETH VALLE VIANA PAIVA foi nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretor, símbolo VP-1, da Diretoria de Projetos de Engenharia, denominação alterada pelo Decreto nº 47.139, de 24/05/2020, da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro - DER, da Vice-Governadoria, e não como constou no presente Decreto, que fica nesta parte retificado, mantidos os demais termos.

DECRETO DE 24/06/2020 - D.O. DE 25/06/2020 - Fica esclarecido que JOSÉ ANTÔNIO PAULO FONSECA foi nomeado para exercer o cargo em comissão de Controlador Geral, símbolo VP-2, da Controladoria, denominação alterada pelo Decreto nº 47.139, de 24/05/2020, da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro - DER, da Vice-Governadoria, e não como constou no presente Decreto, que fica nesta parte retificado, mantidos os demais termos.

Id: 2263570

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 04 DE AGOSTO DE 2020

PROCESSO Nº SEI-12/0001/044921/2019 - AUTORIZO a cessão do servidor CARLOS ALBERTO RODRIGUES DA SILVA, Artífice, ID Funcional nº 6878928, do Quadro Especial Complementar da Administração Direta do Estado do Rio de Janeiro, para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ/Gabinete do Deputado Daniel Librelon.

Id: 2263525

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 04 DE AGOSTO DE 2020

PROCESSO Nº SEI-170002/001285/2020 - AUTORIZO a cessão do servidor NILSON MARCOS PEREIRA DE SOUZA, Administrador, ID Funcional nº 1919762-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Obras - SEINFRA, para a Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP.

Id: 2263549

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPrensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

*PORTARIA IOERJ Nº IO/PR/83 DE 29 DE JULHO DE 2020

DESIGNA EMPREGADOS PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta no Processo nº E-12/07/165/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar JORGE FONTELES DE MOURA, Chefe da Auditoria Interna - Matrícula 1658, RODRIGO DE MESQUITA CALDAS, Chefe da Divisão Financeira - Matrícula 1991, COSME LUIZ DIAS MARTINS, Agente Administrativo - Matrícula 422, para, sob a presidência do primeiro, constituir Comissão de Sindicância com o objetivo de apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, as ocorrências na execução do Contrato nº 04/2015, firmado com a Empresa Leste e Sudeste Serviços LTDA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 29 de julho de 2020

FRANCISCO LUIZ DO LAGO VIEGAS
Diretor-Presidente

*Replicada por incorreção no original publicada no D.O. de 31/07/2020.

Id: 2263235

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 31/07/2020

DESIGNA MARIANA MACEDO LIMA ECCARD, Contadora E, como Presidente, VINÍCIUS DOS SANTOS ARAÚJO LIMA, Contador C, e MARCIO DA SILVA VILA NOVA, Contador D, como Membros Titulares e PEDRO HENRIQUE CARDOSO MENDONÇA, Contador C, como Membro Suplente. Gernente do Contrato HUMBERTO BARBOSA ZA, Analista de Sistemas E, e JORGE BORGES MACHADO JUNIOR, Analista de Sistemas E, como Suplente para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE UMA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO INTEGRADA DE ANÁLISE DE DADOS E AUDITORIA CONTÍNUA, PARA A ADPR-16", de que trata o Processo nº E-07/100.577/2019. Ordem de Serviço P/FIS Nº 27.785-00/2020.

Id: 2263325

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
INSTITUTO RIO METRÓPOLE

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA IRMPRE Nº 07 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO INTERNO QUANTO AO FLUXO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DEFLAGRADOS A PARTIR DE INICIATIVAS DAS DIRETORIAS FINALÍSTICAS DO INSTITUTO RIO METRÓPOLE.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO RIO METRÓPOLE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial nos termos do artigo 15 da Lei Complementar nº 184, de 27 de dezembro de 2018 e dos artigos 9º e 10, IV do Anexo I, Decreto Estadual nº 48.893, de 23 de dezembro de 2019 - Regulamento do Instituto Rio Metrópole (RIRM),

CONSIDERANDO:

a necessidade do estabelecer condutas administrativas para o adequado planejamento de seus fluxos de procedimentos;



A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 05 de Agosto de 2020 às 01:26:45 -0300.

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

AVISO

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ, em atendimento ao art. 20, § 6º do Decreto Estadual nº 46.642/2019, que dispõe sobre a fase preparatória de contratações, informa que consta em fase de pesquisa do mercado os seguintes processos:

E-16/060/000053/2019	Locação de Banheiro Químico
E-16/060/1364/2019	Telefone Eletrônico

Para obter Termo de Referência, Projeto Básico e sanar quaisquer dúvidas, favor entrar em contato através do e-mail disup@detran.rj.gov.br.

Id: 2263405

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 29/2020, celebrado em 27/07/2020. **PARTE:** DER-RJ e a empresa MEGA ENGENHARIA EIRELI, CNPJ 39.109.806/0001-58. **OBJETO:** Obra referente ao Pontilhão sobre o Córrego Cachoeira Bonita na RJ-200 no trecho entre Miracema e a divisa de Minas Gerais, próximo ao KM 14. **PRAZO:** 180 (cento e oitenta) dias corridos. **VALOR:** R\$ 2.243.396,28 (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil trezentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos). **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993. **PROCESSO Nº SEI-160002/001076/2020.**

Id: 2262702

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 30/2020, celebrado em 30/07/2020. **PARTE:** DER-RJ e a empresa OBDI MOTORS DO BRASIL EIRELI, CNPJ 05.515.258/0001-44. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada nos serviços de locação de veículos automotores para atender a Fundação Departamento de Estradas de Rodagem - DER-RJ. **PRAZO:** 36 (trinta e seis) meses. **VALOR:** R\$ 184.495,09 (cento e oitenta e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais e nove centavos). **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993. **PROCESSO Nº SEI-160002/000982/2020.**

Id: 2262691

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo I de Prorrogação, Retificação e Ratificação ao Contrato nº 004/2019, de 10/07/2019, assinado em 10 de julho de 2020. **PARTE:** DER-RJ e a Empresa UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. **OBJETO:** Serviços contínuos de conservação rodoviária para malha rodoviária estadual da 6ª RCC, abrangida pelas rodovias RJ-144, RJ-148, RJ-152, RJ-158, RJ-160, RJ-166, RJ-170. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993. **PROCESSO Nº SEI-160002/002333/2020.**

Id: 2262597

VICE GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna pública que fará realizar a licitação, abaixo especificada:

PROCESSO SEI Nº 16/0002/002.801/2020.

REF: CONCORRÊNCIA ALC Nº 013/2020.

TIPO: MENOR PREÇO.

OBJETO: Obras destinadas a revitalização e complementação do sistema de iluminação existente na Avenida Governador Leonel Moura Brizola, na RJ 101, totalizando cerca de 15,40 km, no Município de Duque de Caxias.

ORÇAMENTO OFICIAL: R\$ 8.950.068,81.

DATA DA LICITAÇÃO: 03/09/2020, às 11:00 horas.

O Edital estará à disposição dos interessados para aquisição, no anexo do aviso do site <http://www.der.rj.gov.br/licitacao> podendo também ser solicitado através do e-mail: licitacao.der.rj@gmail.com, ou alternativamente, ser adquirido em meio digital, mediante a entrega de 3 (três) DVD-R com capa de papel, na Av. Presidente Vargas, 1.100, 10º andar - Centro - Rio de Janeiro, no Expediente da Assessoria de Licitações, no horário de 10 às 16 horas, após agendamento por e-mail.

Id: 2263518

Secretaria de Estado da Casa Civil

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

***INSTRUMENTO:** Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/CC/SSCS/2018;

ASSINATURA: 24 de julho de 2020.

PARTE: O ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a Empresa FSB ESTRATÉGICA EM COMUNICAÇÃO LTDA;

OBJETO: Prorrogação de serviços contínuos de consultoria, planejamento estratégico e prestação de serviços de assessoria de imprensa e relações públicas;

PRAZO: 26/07/2020 à 25/07/2021.

FUNDAMENTO: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e Edital de Concorrência Pública nº 01/2017.

PROCESSO Nº E-12/002/3512/2017.

*Replicado por incorreção no D.O. de 04.08.2020.

Id: 2263507

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

***INSTRUMENTO:** Contrato CEADAE nº 172/2019 (DPE).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEADAE - e a QUALITY SOFTWARE S/A.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO INTEGRADA DE ANÁLISE DE DADOS E AUDITORIA CONTÍNUA, PARA A ADPR-16.

PRAZO: 02 (dois) anos.

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 104.860,00 (cento e quatro mil oitocentos e sessenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 23/07/2020.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.577/2019 (Inexigibilidade de Licitação 005/2019 - DPE).

Id: 2263326

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 010/2019.

OBJETO: "SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DO BOOSTER DE TRINDADE - MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO".

A Assessoria de Licitações comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, o ERRATA Nº 1 do edital, ressaltando que o presente certame encontra-se agendado para o dia 09/09/2020.

Id: 2263377

Secretaria de Estado de
Planejamento e Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

***INSTRUMENTO:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2019.

PARTE: Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão e a empresa TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.

OBJETO: Alteração das Cláusulas Primeira e Quinta.

PRAZO: Permanece inalterado, 30 (trinta meses).

VALOR: Permanece inalterado, R\$ 808.060,89 (oitocentos e oito mil sessenta reais e noventa e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 16 de junho de 2020.

VIGÊNCIA: Permanece inalterada, 17/07/2019 a 16/12/2021.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93, e suas alterações, as cláusulas contratuais e o Termo de Referência.

AUTORIZAÇÃO: Processo nº E-12/027/1014/2019.

*Omitido no D.O. de 01.07.2020.

Id: 2262965

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

***INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 004/2018.

PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e do CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUKOW DA FONSECA - CEFET RJ.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Convênio nº 004/2018, cujo objeto é a oferta pela CONCEDENTE, de estágio aos alunos da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, regularmente matriculados nos cursos que esta oferece, por meio de atividades desenvolvidas sob a supervisão de orientador designado pela CONCEDENTE e de professor indicado pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO, visando o aprendizado da atividade profissional, o aperfeiçoamento de ensino e contextualização curricular, com fundamento na Lei nº 11.788/2008.

PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 01/08/2020.

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2020.

FUNDAMENTO: Lei nº 11.788/2008.

PROCESSO Nº E-04/182332/2018.

*Omitido no D.O. de 03/08/2020.

Id: 2263330

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO SUPERIOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL

*Lista de Tempo de Serviço dos Auditores Fiscais de 2ª e 3ª Categoria, por ordem de antiguidade, apurada até 27/07/2020, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 32 da Lei Complementar nº 69/90, ficando consignado o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, para apresentação de reclamações, em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 32 da Lei Complementar nº 69/90.

Auditores Fiscais de 2ª Categoria:

Matrícula	Nome	Anos na Categoria	Meses na Categoria	Dias na Categoria	Anos Carreira	Meses Carreira	Dias Carreira	Anos Estado	Meses Estado	Dias Estado	Geral Anos	Geral Meses	Geral Dias	Nascimento
0.955.825-5	EDUARDO RODRIGO DE SOUZA FERREIRA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	21	5	25	26/12/1982
0.955.799-2	MARCOS RODRIGO DA ROCHA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	21	0	1	10/08/1980
0.955.791-9	JOSE SERGIO BERZIN	7	8	4	10	9	29	10	9	29	20	5	20	19/10/1981
0.955.816-4	LEONARDO DA SILVA MELO	7	8	4	10	9	29	10	9	29	19	6	25	23/07/1981
0.955.802-4	CAROL CORREA COSTA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	19	6	19	03/10/1982
0.955.811-5	HENRIQUE CRISTINO MORAES DA SILVA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	19	6	6	22/05/1979
0.955.833-9	FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	7	8	4	10	9	29	10	9	29	18	6	13	20/08/1977
0.955.794-3	MAURICIO ERTHAL BARROSO PEREIRA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	18	2	18	27/11/1982
0.955.826-3	ADRIAN SANTANA GRACINHO MARQUES	7	8	4	10	9	29	10	9	29	17	5	10	26/04/1984
0.955.861-0	JOSE RICARDO MARTINO DE SILVA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	16	10	9	21/02/1970
0.955.842-0	SABRINA MARCOS SAVI ROTOLO	7	8	4	10	9	29	10	9	29	15	4	6	06/05/1978
0.955.820-6	PAULO ROBERTO DE SOUZA JOSE MARIA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	15	2	15	03/02/1980
0.955.862-8	DIEGO ONETO BOSIGNOLI	7	8	4	10	9	29	10	9	29	14	5	15	28/05/1982
0.955.796-8	MICHEL SCAPINI DE CARVALHO	7	8	4	10	9	29	10	9	29	13	9	12	10/11/1980
0.955.810-7	RODRIGO DE QUEIROZ BRAGANÇA GIL	7	8	4	10	9	29	10	9	29	13	3	1	30/06/1977
0.955.780-2	DANIEL LUCIEN DE BURLIT	7	8	4	10	9	29	10	9	29	13	2	19	13/07/1974
0.955.857-8	ANA CAROLINA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA COSTA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	12	3	17	24/11/1978
0.955.847-9	RAQUEL ROCHA DA SILVA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	12	3	1	19/04/1984
0.955.804-0	FLAVIA TORQUETTI MAGALHAES	7	8	4	10	9	29	10	9	29	11	11	22	20/09/1984
0.955.788-9	DANIEL DE FREITAS FERNANDES	7	8	4	10	9	29	10	9	29	11	7	28	19/11/1983
0.955.838-8	ELIANE PIRSIANNI BARBOSA DA SILVA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	26/08/1958
0.955.823-0	CARLOS ALBERTO SANTOS SOARES	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	02/02/1964
0.955.819-8	ANDREA CARVALHO PEREIRA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	18/10/1988
0.955.798-4	ANDRE LUIS BARBASTEFANO DA SILVA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	15/07/1969
0.955.788-5	MAURO PEREIRA DA SILVA JUNIOR	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	23/08/1970
0.955.813-1	DENISE GUIMARAES DE LEMOS	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	27/07/1971
0.955.855-2	VINICIUS ROBERTO MOURA LOPES	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	26/09/1971
0.955.852-9	ALINE COUTINHO DA CUNHA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	03/06/1972
0.955.858-6	ALEX BRUNO FREIRE SANTOS	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	17/12/1974
0.955.845-3	VERONICA DE QUEIROZ VARELLA MARIANO BRANDAO	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	24/05/1977
0.955.812-3	RAFAEL GUIMARAES DE ARAUJO	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	16/09/1977
0.955.846-1	AMANDA DE BRITTO SILVA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	13/02/1978
0.955.850-3	HUGO SABOIA SOARES	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	19/05/1978
0.955.830-5	CHRISTIANO LEMOS COULAUD	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	05/09/1976
0.955.832-1	ROBERTA PACHECO DA LUZ FONSECA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	30/12/1978
0.955.835-4	BRENO CAMPOS DE CARVALHO	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	10/01/1979
0.955.814-9	LEONARDO AMARO MONTE DE ALMEIDA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	12/06/1979
0.955.834-7	PRISCILA ZACHARIAS DA SILVA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	10/08/1980
0.955.848-7	DANIELLE BASTOS FERREIRA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	10/08/1981
0.955.854-5	LUIS ROBERTO DE SOUZA CORREIA DE MELO	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	28/08/1981
0.955.782-8	MARCELO DE CASTRO LOPEZ	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	21/09/1981
0.955.801-6	GABRIELA ABREU ALVARES PALANCA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	17/11/1981
0.955.789-3	ANDRE LUIS SILVA DE LACERDA	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	20/02/1982
0.955.781-0	FRANCISCO RODRIGUES VALENTE JUNIOR	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	16/04/1982
0.955.829-7	FERNANDA AZEVEDO WERNESBACH MANDARINO	7	8	4	10	9	29	10	9	29	10	9	29	16/04/1982



